

DINÂMICA DIREITOS
CREDITÓRIOS LTDA

RESULTADOS
2025



DINÂMICA DIREITOS CREDITÓRIOS LTDA
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Rio de Janeiro, 26 de março de 2026 - A Administração da DINÂMICA DIREITOS CREDITÓRIOS LTDA.

Senhores cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais de 2025 e 2024. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários.

DINÂMICA DIREITOS CREDITÓRIOS LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	186	203
Aplicações financeiras no mercado aberto	4.2	1.537	1.502
Títulos de créditos a receber		20	20
Tributos a recuperar	5	10	24
Outros créditos		-	3
Total do circulante		1.753	1.752
Não circulante			
Títulos de créditos a receber		213	213
Tributos a recuperar	5	72	42
Total do não circulante		285	255
Total do ativo		2.038	2.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DINÂMICA DIREITOS CREDITÓRIOS LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		-	11
Impostos e contribuições sociais	7	2	3
Dividendos a pagar	8.2	40	29
Total do circulante		42	43
Patrimônio líquido			
Capital social	8.1	1.877	1.877
Dividendos adicionais propostos	8.2	119	87
Total do patrimônio líquido		1.996	1.964
Total do passivo e patrimônio líquido		2.038	2.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DINÂMICA DIREITOS CREDITÓRIOS LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por quota)

	Nota	2025	2024
Despesas Operacionais			
Despesas Gerais e administrativas	9	(1)	(13)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		(1)	(13)
Receitas financeiras	10	194	154
Despesas financeiras	10	(2)	(1)
Resultado financeiro		192	153
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		191	140
Imposto de renda e contribuição social	6	(32)	(24)
Lucro do exercício		159	116
Lucro básico e diluído por quota - R\$	11	0,08	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DINÂMICA DIREITOS CREDITÓRIOS LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Prejuízo do exercício	11	159	116
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		159	116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DINÂMICA DIREITOS CREDITÓRIOS LTDA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024		1.877	30	-	1.907
Pagamento de dividendos adicionais			(30)		(30)
Lucro líquido do exercício	11	-	-	116	116
Proposta de destinação do lucro líquido:					-
Dividendos	8.2	-	-	(29)	(29)
Dividendos adicionais propostos	8.2	-	87	(87)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.877	87	-	1.964
Pagamento de dividendos adicionais			(87)		(87)
Lucro líquido do exercício	11	-	-	159	159
Proposta de destinação do lucro líquido:					-
Dividendos	8.2	-	-	(40)	(40)
Dividendos adicionais propostos	8.2	-	119	(119)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.877	119	-	1.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DINÂMICA DIREITOS CREDITÓRIOS LTDA
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, serviços de terceiros e outros	9	-	(12)
Outros custos operacionais	9	(1)	(1)
Valor adicionado bruto		(1)	(13)
Valor adicionado líquido produzido		(1)	(13)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	10	203	161
Valor adicionado total a distribuir		202	148
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		41	31
Remuneração de capital próprios			
Juros	10	2	1
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	8.2	159	116
		202	148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DINÂMICA DIREITOS CREDITÓRIOS LTDA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	11	159	116
Imposto de renda e contribuição social	6	32	24
Receitas com juros, variação monetária - líquidas	10	(201)	(159)
Redução (aumento) dos ativos			
Tributos a recuperar	5	(16)	(15)
Outros créditos a receber		3	(3)
Aumento (redução) dos passivos			
Tributos e contribuições sociais		(9)	-
Fornecedores		(11)	11
Imposto de renda e contribuição social pagos		(24)	(22)
Caixa líquido (consumido) pelas atividades operacionais		(67)	(48)
Atividades de investimento			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		166	94
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		166	94
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(116)	(40)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento		(116)	(40)
Variação líquida do caixa		(17)	6
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4.1	203	197
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4.1	186	203
Variação líquida no caixa		(17)	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dinâmica Direitos Creditórios Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

A Dinâmica Direitos Creditórios Ltda. (“Empresa”), constituída em 13 de março de 2013, é uma sociedade limitada que tem como objetivo social as seguintes atividades: (i) aquisição e/ou cessão de direitos creditórios ligados às atividades de infraestrutura de energia elétrica, de telefonia, de petróleo e/ou do setor de agronegócios, bem como a aquisição e/ou cessão de opções de compra e opções de venda de direitos creditórios dos mesmos seguimentos relacionados; (ii) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com suas atividades listadas acima, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios; (iii) a realização de operações de *hedge* em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na sua carteira de direitos de créditos; (iv) a intermediação de negócios relacionados ao item (i) acima e prestação e serviços de consultoria; (v) compra e venda de terras; (vi) arrendamento de terras; e (vii) participação em outras sociedades, como acionista ou cotista. A Empresa possui sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa e foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Políticas contábeis materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Tributos a recuperar:** referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;
- c. **Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado, recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos são contabilizados no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, hipótese em que o tributo diferido é igualmente reconhecido no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Empresa possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Empresa tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Empresa avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza;

- d. **Dividendos:** os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até

sua efetiva aprovação;

- e. **Demonstração do valor adicionado:** preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Empresas abertas, como parte complementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais. Portanto, não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e crédito de descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: (i) aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras; (ii) exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela Administração, e (iii) introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos, estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras no mercado aberto

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	186	203
Total - circulante	186	203

4.2 Aplicações financeiras no mercado aberto

	2025	2024
Fundos de investimentos exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1	28
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1	1
Compromissadas	116	275
Fundo multimercado	170	68
Fundo de renda fixa	814	745
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	189	160
Letra Financeira (LF)	180	168
Nota de Crédito (NC)	2	4
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	29	53
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	35	-
Total - circulante	1.537	1.502

⁽¹⁾ **Fundos de investimentos exclusivos:** são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 100,3% (99,3% em 2024) do CDI.

5. Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	79	51
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	3	-
Impostos e contribuições a Recuperar - IRRF	-	15
Total	82	66
Circulante	10	24
Não circulante	72	42

6. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	191	140
Alíquota fiscal combinada nominal	24%	24%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(46)	(34)
Ajustes:		
Créditos tributários líquidos constituídos no exercício	14	10
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(32)	(24)
Alíquota efetiva	16,75%	17,14%

7. Impostos e contribuições sociais

	2025	2024
Contribuições ao PIS e a COFINS	1	1
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1	1
Tributos retidos na Fonte (PIS/COFINS/CSLL)	-	1
Total - circulante	2	3

8. Patrimônio líquido

8.1 Capital Social

O capital social é de R\$1.877 (R\$1.877 em 2024) representado por 1.954.805 quotas (1.954.805 em 2024), todas nominativas e sem valor nominal.

8.2 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	159	116
Dividendos obrigatórios (25%)	40	29
. Dividendos a pagar – correspondem a R\$0,020345088 (R\$0,01490954341 em 2024) por quota	40	29
. Dividendos adicionais propostos correspondem a R\$0,061035259 (R\$0,04472862511 em 2024) por quota	119	87
Total dos dividendos	159	116
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

9. Despesas operacionais - gerais e administrativas

	2025	2024
Serviços de terceiros, consultoria, estadias e viagens	1	13
Total	1	13

10. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	201	159
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(9)	(7)
Outras	2	2
Total receitas financeiras	194	154
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(2)	(1)
Total despesas financeiras	(2)	(1)
Total receitas financeiras líquidas	192	153

11. Lucro por quota

O resultado por quota básica e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de quotas em circulação.

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício	159	116
Média ponderada das quotas	1.955	1.955
Lucro líquido básico e diluído por quota - R\$ (*)	0,08	0,06

(*) A Empresa não possui instrumento diluidor.

12. Instrumentos financeiros

Em função da natureza dos instrumentos financeiros: depósitos bancários e aplicações financeiras, avaliadas ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte (nota explicativa nº 4) a Empresa entende não estar exposta a riscos significativos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez.

Em 2025 e 2024, a Empresa não possui e nem operou com instrumentos financeiros derivativos.

13. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras da Empresa não foram impactadas por transações não caixa relevantes.

14. Eventos subsequentes

14.1 Dividendos do exercício de 2025

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 26 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$159, equivalentes a R\$0,081380347 (reais) por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 27 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 26 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

Diretoria

Mauricio Perez Botelho
Administrador

Rodolfo da Paixão Lima
Administrador/Contador
CRC-RJ nº 107310/0